

Estudos de casos do Serviço de Inteligência de Segurança da Nova Zelândia

Esses estudos de casos são do [ambiente de ameaças à segurança da Nova Zelândia | Serviço de Inteligência de Segurança](#). Nestes estudos de casos “estado estrangeiro” significa **qualquer país que não a Nova Zelândia**. Esse termo é usado para se referir a países que não são a Nova Zelândia.

O Serviço de Inteligência de Segurança da Nova Zelândia (NZSIS) define interferência estrangeira como um ato de um estado estrangeiro, geralmente agindo por meio de um representante, que visa influenciar, perturbar ou subverter os interesses nacionais da Nova Zelândia por meios enganosos, corruptos ou coercitivos. Atividades diplomáticas normais, lobby e outros esforços genuínos e abertos para ganhar influência não são considerados interferência.

Estudo de caso 1

Em 2023, um estado estrangeiro usou um contato na Nova Zelândia para pressionar um conselho local, oferecendo ajuda financeira para um evento comunitário se o conselho concordasse em restringir a participação de um determinado grupo religioso. O estado estrangeiro queria que o conselho soubesse que o grupo estava banido de seu país e realizava atividades “contra a vontade” da diáspora do estado.

Estudo de caso 2

O NZSIS tem conhecimento de vários diplomatas que representam um estado estrangeiro que mantêm relações com vários grupos estudantis da Nova Zelândia associados à população da diáspora daquele estado. Os diplomatas aproveitaram esse acesso para influenciar a filiação a grupos, buscando garantir que aqueles eleitos para cargos de liderança fossem politicamente leais ao estado estrangeiro. Eles escolheram ocultar seu relacionamento com os grupos estudantis para evitar acusações de interferência na sociedade acadêmica. Comportar-se dessa maneira é um exemplo de interferência estrangeira. Eles buscam controlar como esses grupos e seus membros veem o estado e visam identificar dissidentes.

Estudo de caso 3

Um pequeno número de estados estrangeiros coleta informações sobre comunidades específicas na Nova Zelândia. Muitas vezes, esses estados usam membros da comunidade para monitorar pessoas que consideram dissidentes na Nova Zelândia e coletar informações pessoais sobre elas. Essas informações podem ser usadas para conduzir ações retaliatórias, como cancelar vistos ou atacar familiares que ainda vivem no país estrangeiro. Em 2023, um estado estrangeiro negou o pedido de visto de um neozelandês que tentava visitar a família no país devido à sua associação com um grupo comunitário desaprovado pelo estado estrangeiro.